

# Relatório de Atividades 2009

Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas - DIREITO GV

 FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS



**DIREITOGV**  
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

## CARTA DO DIRETOR

Prezados amigos,

Este documento apresenta os principais resultados obtidos pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas em 2009 e inaugura uma rotina de prestação de contas a toda a sociedade a respeito das atividades desenvolvidas pela comunidade acadêmica da DIREITO GV.

A Escola, cujo projeto completará dez anos ainda em 2010, acabou de formar sua primeira turma do curso de graduação e formará, ainda no primeiro semestre de 2010, seus primeiros mestres.

O saldo que fazemos desses primeiros anos de existência é bastante positivo, e é com imenso prazer que passamos a compartilhar com toda a sociedade as ações que, ano a ano, aprimoram e renovam o projeto da DIREITO GV.

Temos a certeza de que a missão que assumimos não é fácil e de que o caminho ainda não foi totalmente trilhado. Porém, como será possível examinar neste relatório, alguns resultados já podem ser verificados.

Que as conquistas, números e fatos constantes aqui não nos deixem acomodados, mas sirvam de inspiração para uma melhora progressiva e continuada de nosso trabalho, que ainda está longe de chegar ao fim.

A todos, muito obrigado. E boa leitura.

Ary Oswaldo Mattos Filho  
Diretor da DIREITO GV



Ary Oswaldo Mattos Filho  
Diretor da DIREITO GV

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>05</b>
 <b>I – ENSINO .....</b>	 <b>07</b>
<b>Graduação.....</b>	<b>07</b>
Características .....	07
A Graduação em 2009 .....	09
 <b>Programa de Educação Continuada e Especialização em Direito (GV<sup>law</sup>) .</b>	<b>15</b>
Características .....	15
GV <sup>law</sup> em 2009 .....	16
 <b>Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado em Direito     e Desenvolvimento.....</b>	 <b>19</b>
Características .....	19
O Mestrado em 2009 .....	20
 <b>II – PESQUISA E PUBLICAÇÃO .....</b>	 <b>21</b>
Características .....	21
Produção Acadêmica em 2009 .....	22
 <b>III – OUTROS DIFERENCIAIS .....</b>	 <b>29</b>
Metodologia de Ensino .....	29
Inserção Internacional .....	31
Eventos .....	34
DIREITO GV na Mídia .....	37
Apoio ao Docente .....	37
Financiamento Estudantil .....	40
Autoavaliação Institucional .....	40



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

Fachada da DIREITO GV

## INTRODUÇÃO

A Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DIREITO GV) nasceu em 2002 com os primeiros cursos de educação continuada em direito oferecidos por seu Programa de Especialização e Educação Continuada (GVlaw), que tinham a missão de formar profissionais capazes de oferecer respostas jurídicas adequadas às complexas demandas da sociedade e do mercado.

O passo seguinte viria em 2005, com o início da graduação. A DIREITO GV optou por criar turmas reduzidas, selecionando no máximo cinquenta alunos por ano, e por exigir dedicação integral destes nos três primeiros anos de um curso que se destaca por retrabalhar, em seu currículo, as tradicionais divisões do estudo do direito.

Esse programa inova ao trazer para a sala de aula uma abordagem contemporânea do direito, dialogando continuamente com outras disciplinas, como contabilidade, administração e economia, e aproximando a formação do aluno das necessidades do mundo dos negócios.

O programa também enfatiza a importância da busca pelo senso crítico, desafiando constantemente seus alunos a se posicionarem diante das profundas transformações sociais em curso no Brasil e no mundo.

O ano de 2009 foi marcado, indubitavelmente, pela colação de grau da primeira turma de graduação, o que encerrou um ciclo de investimentos e apostas metodológicas realizados para a formação desses alunos.

Com turmas reduzidas e igualmente exigindo dedicação integral de seus alunos, o mestrado em direito e desenvolvimento da DIREITO GV, iniciado em 2008, incentiva os alunos a pesquisar e a produzir material acadêmico analítico que sirva como instrumental na formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento.

Este relatório está dividido em 3 eixos:

- I Ensino: descreve as atividades desenvolvidas no âmbito da graduação, da pós-graduação *stricto sensu* e do Programa de Especialização e Educação Continuada (GVlaw);
- II Pesquisa e publicações: relata a atividade dos Núcleos de Pesquisa e apresenta informações sobre a produção acadêmica de professores e pesquisadores da DIREITO GV;
- III Outros diferenciais: apresenta outras ações da Escola que permitem a realização do Plano de Desenvolvimento Institucional.





## ENSINO

### GRADUAÇÃO

#### CARACTERÍSTICAS<sup>1</sup>

O curso permite ingresso anual de apenas cinquenta alunos, os quais estudam em tempo integral nos três primeiros anos dos cinco necessários para a titulação.

Os dois últimos anos são reservados para: cursar matérias eletivas e se aprofundar em assuntos específicos; estagiar em período parcial; usufruir de programas de intercâmbio; se dedicar à pesquisa acadêmica; cursar disciplinas eletivas dos cursos de Administração ou Economia da FGV-SP ou, se aprovados, participar do Programa de Dupla Graduação, por meio dos convênios mantidos com a Escola de Administração de São Paulo (EAESP) e a Escola de Economia de São Paulo (EESP).

Para selecionar alunos com formação cultural abrangente e em condições de acompanhar a intensa demanda de leitura, sustentar extensos debates em sala de aula e atuar em equipe, buscou-se um modelo de vestibular inovador; a primeira fase da seleção tem questões dissertativas que incluem análises de obras de arte e a segunda, um exame oral que avalia habilidades de expressão, exposição de ideias e trabalho em grupo.



Graduação

<sup>1</sup>Mais informações sobre o curso de graduação da DIREITO GV podem ser obtidas em [www.fgv.br/direitogv](http://www.fgv.br/direitogv).





Colação da 1ª Turma, ocorrida na Fundação Maria Luisa e Oscar Americano



## A GRADUAÇÃO EM 2009

Em 2009, 1.379 vestibulandos se inscreveram para o processo seletivo, resultando em uma relação de 27 candidatos por vaga.

Como se trata de um curso novo, os processos de avaliação institucional promovidos pelo MEC ainda estavam em curso ao longo de 2009.

Em março, o Ministério da Educação (MEC) publicou a portaria 319, que anunciou o reconhecimento do curso da DIREITO GV. A DIREITO GV recebeu nota máxima em todos os quesitos avaliados: organização didático-pedagógica, instalações e corpo docente. Contribuiu para essa avaliação o fato de a Escola contar com muitos professores doutores em regime de tempo integral com forte compromisso de pesquisa, os quais publicam seus achados em periódicos nacionais e internacionais de alta respeitabilidade.

Além disso, a Escola se submeteu pela segunda vez ao Exame Nacional de Educação (Enade), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), ligado ao MEC, e tem como objetivo aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação a conteúdos programáticos, habilidades e competências. A DIREITO GV participou do Enade pela primeira vez em 2006, mas, naquela época, só contava com alunos ingressantes, e o Índice Geral de Cursos (IGC) se baseia na comparação entre o desempenho dos ingressantes e dos concluintes. Portanto, quando o resultado do exame for publicado, no segundo semestre de 2010, a Escola terá, pela primeira vez, o IGC.

O ano de 2009 foi marcado pela formatura da primeira turma do curso de graduação, realizada em 19 de dezembro na Fundação Maria Luisa e Oscar Americano. A mesa foi composta pelos diretores Ary Oswaldo Mattos Filho, Paulo Goldschmidt e Antonio Angarita, pela coordenadora do curso de Graduação, Adriana Ancona de Faria, e pelos professores Carlos Ari Sundfeld, eleito patrono da turma, e José Garcez Ghirardi, escolhido como paraninfo. A colação de grau contou ainda com a participação do professor Dircêo Torrecillas Ramos, representando a OAB-SP.



Prof. Ary Oswaldo Mattos Filho e a formanda Gisela Mation



Diretores, Coordenadores e Representante da OAB

Entre os formandos que realizavam estágio no 5º ano do curso, a taxa de efetivação foi de 88%. Cerca de 8% do total de formandos optaram por continuar na Escola e foram admitidos no mestrado acadêmico. Por fim, os demais alunos optaram por se preparar para ingresso em carreiras públicas ou abrir seus próprios escritórios.

Para auxiliar o processo de colocação profissional dos alunos, a DIREITO GV instituiu a Feira de Estágios, evento anual que aproxima alunos e empregadores por meio do oferecimento de vagas qualificadas e exclusivas para aqueles.

Na DIREITO GV, esse processo ocorre sempre entre os alunos do terceiro ano, com o objetivo de prepará-los para começar a estagiar no início do quarto ano, quando as aulas deixam de ser ministradas em período integral e passam a se concentrar no período da manhã.

Em 2009, 41 estudantes estavam aptos a participar da Feira de Estágios e 38 se inscreveram efetivamente no processo. A Feira contou com 22 empregadores, que abriram 116 vagas exclusivas para a DIREITO GV. A média de vagas de estágio oferecidas por aluno foi de 3,05 e a de entrevistas realizadas por estes, 5,92.

Participaram da terceira edição da Feira, em 2009, os seguintes empregadores:

Participantes da Feira de Estágios 2009	
Araújo e Policastro	Pinheiro Neto
Barbosa, Müssnich & Aragão	Procter & Gamble
Brasil, Pereira Neto, Galdino, Macedo	Shearman & Sterling
Clifford Chance	Siqueira Castro
Demarest & Almeida	Souza, Cescon, Barriau e Flesch
Felsberg, Pedretti, Manrrich e Aidar	Trench, Rossi & Watanabe
Ferro, Castro Neves, Daltro e Gomide	Ulhôa Canto, Rezende e Guerra
Lefosse Advogados	Veirano Advogados
Levy & Salomão	Velloza, Giroto e Lindenbjoim
Lilla, Huck, Otranto, Camargo e Munhoz	Arnold Wald
Machado, Meyer, Sendacz e Opice	
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga	

O curso de graduação conta ainda com clínicas de prática jurídica, espaço em que os alunos da DIREITO GV colocam em exercício a teoria ensinada na sala de aula. São coordenadas por advogados-orientadores, que trabalham na Escola em regime parcial. Em 2009, a DIREITO GV contou com seis clínicas.

A **Clínica de Direito dos Negócios** abordou a formação e o desenvolvimento de uma joint venture entre sócios brasileiros e estrangeiros para implementar projetos na área de produção de açúcar, etanol e cogeração de energia. Os alunos estruturaram a operação, definiram o melhor modelo de sociedade e formularam os contratos necessários para o início do empreendimento.

As atividades da **Clínica de Direito Tributário** visaram a formular um planejamento tributário para empreendimentos fictícios, analisando questões evidenciadas durante a execução de contratos.

---

Entre os formandos que realizavam estágio no 5º ano do curso, a taxa de efetivação foi de 88%.

---

O trabalho da **Clínica de Direito Global** girou em torno de um caso de empresa fictícia, cuja constituição se deu nos Estados Unidos e cujas atividades eram realizadas na Romênia. Os alunos precisaram lidar com as questões advindas das relações jurídicas envolvendo representantes da iniciativa privada e dos poderes públicos de mais de um país, no contexto das regras de direito internacional.

Já a **Clínica de Direito Penal Econômico** envolveu elementos da prática advocatícia por meio da simulação de vários casos, incluindo crimes ambientais, crimes contra a ordem tributária, crimes contra o sistema financeiro nacional, crime de dano a propriedade e, em uma das situações, a empresa como vítima de crime de desvio de numerário por funcionários.

A **Clínica de Direito Público dos Negócios** treinou os alunos para atuar no contexto da contratação de uma parceria público-privada (PPP), simulando as várias etapas e as possíveis intervenções no processo. Importantes fases deste, como o início da licitação, a elaboração do edital e da minuta de contrato, a submissão da documentação à consulta pública, a formação de consórcios, a discussão de contratos e outros temas correlatos, foram abordados nos casos práticos do grupo.

A **Clínica de Negócios Inclusivos**, parceria entre a DIREITO GV e a Avina, fundação suíça que apoia projetos de educação ambiental, trabalhou com casos reais, dos quais o mais relevante foi a assessoria dada à Associação Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (ANCMR).

As atividades realizadas no âmbito da clínica podem ser organizadas em torno dos seguintes objetivos:

1. Identificar os obstáculos e definir as estratégias com base em análise de legislação, a fim de promover a inclusão dos catadores de materiais recicláveis na cadeia produtiva da reciclagem;
2. Analisar informações relacionadas a políticas públicas nacionais e municipais afeitas à causa dos catadores de materiais recicláveis;
3. Apoiar juridicamente a realização de negócios inclusivos.



Grande parte dos trabalhos alocados nos três primeiros itens serviu para a solução de problemas e controvérsias enfrentados pela ANCMR. Parte desses trabalhos ainda será retomada e aperfeiçoada por membros da clínica nos próximos semestres.

O incentivo à advocacia de cunho social, mais comumente conhecida como *pro bono*, também é um dos objetivos perseguidos pela Clínica Avina de Negócios Inclusivos. O objetivo é incentivar a participação de alunos em atividades relacionadas à advocacia de interesse público e promover atividades de inserção no mercado de trabalho, que também vão além do estágio profissional.



foto: Tiana Chinelli

Clínica de Negócios Inclusivos

No segundo semestre de 2009, a DIREITO GV firmou parceria com uma instituição especializada em advocacia *pro bono* para buscar o suporte necessário a esse trabalho – criando o **Pro Bono Jr.** –, e já inscreveu os alunos interessados e selecionou os casos a serem trabalhados.

O primeiro caso a ser desenvolvido contou com a participação da aluna de graduação Thais Gasparian Moraes e a supervisão de duas advogadas especializadas, Marcela Vieira e Júlia Neiva, e consistiu elaboração de um *amicus curiae*<sup>2</sup> sobre regime disciplinar diferenciado (RDD).<sup>3</sup>

Dentre outras atividades oferecidas aos graduandos, destaca-se o Curso de Verão do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV (promovido pelo CPDOC), cujas aulas discutiam as bases que fomentaram a República brasileira. O programa contemplou duas visitas guiadas a marcos históricos do Rio de Janeiro, como o Palácio Tiradentes, a Rua do Ouvidor e o Paço Imperial, e teve a participação de oito alunos da DIREITO GV.

Além disso, a Escola ofereceu um programa de atividades complementares de férias, em julho, em escritórios de advocacia e ONGs, com uma oferta de seis e três vagas, respectivamente.

<sup>2</sup> Termo que designa uma terceira parte que, por ter interesse em determinado processo jurídico, passa a integrar o conflito.

<sup>3</sup> Trata-se de um regime de prisão extremamente rígido, utilizado principalmente para combater criminosos de alta periculosidade.

Além disso, os graduandos também têm a oportunidade de participar de competições internacionais de mediação e arbitragem, relacionadas tanto ao direito internacional privado quanto a questões públicas.

A DIREITO GV foi a única escola brasileira a participar da Competição Internacional de Arbitragem Comercial, organizada pela Câmara de Comércio Internacional (CCI) e realizada em Paris, em fevereiro de 2009. Na ocasião, concorreu com outras 39 escolas dos Estados Unidos, da Europa e da Ásia. As alunas Luisa Galliez, Augusta Caldeira Mahfuz e Gabriela Alario compuseram a delegação da DIREITO GV e realizaram treinamento com outros dois alunos da Escola, Gisela Mation e Daniel Tavela, membros da equipe que conquistou o primeiro lugar na edição 2008 da Competição e que, na época, faziam estágio na CCI.

Em 2009, a DIREITO GV participou pela primeira vez da etapa brasileira da Philip C. Jessup International Law Moot Court Competition, competição de Direito Internacional promovida pela International Law Students Association (ILSA). Trata-se de uma corte simulada, na qual países fictícios envolvidos em um conflito igualmente fictício submetem a controvérsia à Corte Internacional de Justiça. As equipes são formadas por estudantes de Direito de mais de quinhentas escolas, oriundas de oitenta países. A equipe da DIREITO GV foi formada pelos alunos Fernando Ticoulat e Marina Uyeda e foi orientada pelo Núcleo de Direito Global.

A DIREITO GV também participou do Frankfurt Investment Arbitration Moot Court 2009, que ocorreu na Alemanha em março. Os alunos Gisela Mation e Daniel Tavela compuseram a equipe enviada à competição. As mais de vinte instituições participantes, oriundas também de outros continentes, foram avaliadas por uma equipe composta por mais de trinta árbitros. Com base em um caso sobre tratado de investimento bilateral, dentro do sistema de regras de proteção a investimentos, disponibilizado com antecedência pelos organizadores da competição, as equipes sustentaram oralmente uma apresentação perante o tribunal arbitral, sem a possibilidade de utilizar anotações ou memoriais.

Partindo-se da experiência da CCI, buscou-se produzir uma metodologia própria para a criação de ementas e divulgação de informações e excertos das decisões arbitrais no Brasil. Sob supervisão da pesquisadora Daniela Gabbay, três alunos da graduação da DIREITO GV vem produzindo ementas desde agosto de 2009. Trata-se de iniciativa pioneira no país, que busca oferecer um instrumento de bastante utilidade para quem atua tanto na prática arbitral quanto no meio acadêmico.

Uma importante vantagem competitiva oferecida a seus alunos diz respeito à parceria firmada entre a DIREITO GV e as outras duas escolas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (Escola de Administração de Empresas de São Paulo e Escola de Economia de São Paulo – EAESP e EESP) para instituir o Programa de Dupla Graduação, que permite a graduandos da FGV-SP obter titulação em outro curso de graduação da FGV-SP sem precisar se submeter a um novo vestibular e conquistando dois diplomas em tempo reduzido. Em 2009, dez alunos foram selecionados para participar da Dupla Graduação DIREITO GV – EAESP. E foi inaugurado o primeiro processo seletivo para o programa Dupla Graduação DIREITO GV – EESP.





## PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA E ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO (GV/law)

### CARACTERÍSTICAS<sup>4</sup>

O GV/law – Programa de Educação Continuada e Especialização da DIREITO GV – nasceu em 2002 com a proposta de oferecer cursos de aprimoramento para a formação de advogados, não apenas no que se refere à sua área de conhecimento jurídico, mas também relacionados à sua aplicação na vida profissional.

É um sistema de ensino que inova ao oferecer a seus alunos, em sua maioria jovens advogados recém-formados, conteúdos que em geral não se aprendem nas graduações de direito – como técnicas modernas de administração, contabilidade aplicada ao direito, gerenciamento de equipes e gestão de recursos humanos de escritórios – em turmas que não têm mais de quarenta alunos por classe.

Os cursos oferecidos pelo GV/law podem ser agrupados em três categorias:

Os cursos oferecidos pelo GV/law podem ser agrupados em três categorias:

- Educação Continuada;
- Especialização;
- Programas Corporativos.



Profª. Roberta Prado em aula do GVlaw

<sup>4</sup> Mais informações sobre o GVlaw podem ser obtidas em [www.fgv.br/direitogv/gvlaw](http://www.fgv.br/direitogv/gvlaw).

## O GV<sup>law</sup> EM 2009

No total, havia 2.399 alunos cursando algum dos programas GV<sup>law</sup> ao longo de 2009, sejam os oferecidos na sede da DIREITO GV, sejam os ministrados em companhias e órgãos públicos que mantêm parceria com o programa.

Os programas de educação continuada do GV<sup>law</sup> são marcados pelo aprofundamento seletivo nos mais variados ramos do direito, orientados pelas mudanças do mercado e também pelas constantes alterações dos marcos regulatórios. Além de programas estruturados para essa modalidade de curso, o aluno do GV<sup>law</sup> ainda pode cursar disciplinas avulsas do programa modular de especialização. Acompanhando a dinâmica do mercado, o GV<sup>law</sup> criou novos cursos e adaptou outros para oferecer nos meses de janeiro e julho, denominando-os, respectivamente, cursos de verão e de inverno.

Em 2009, 621 novos alunos frequentaram os mais de sessenta cursos de educação continuada, cuja duração pode variar de dois meses a um ano.

Os programas de especialização do GV<sup>law</sup> duram dois anos e foram concebidos em módulos independentes entre si – profissionalizantes ou de formação –, a fim de oferecer um aprendizado mais amplo aos seus alunos.

Os nove programas de especialização atraíram 362 novos alunos em 2009.

Além disso, o GV<sup>law</sup> ofereceu, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Educacional (IDE), quatro novas especializações em direito, totalizando treze turmas em andamento nas cidades de Bauru, Campinas, Ribeirão Preto, Santos e Santo André. Esses cursos atraíram 130 novos alunos, totalizando 470 alunos em cursos em andamento no ano.

A partir de 2009, tornaram-se obrigatórios os módulos de Planejamento e Orientação de Pesquisa (POP), que, por meio da integração de aulas de planejamento, orientação e metodologia de pesquisa, espaçadas ao longo do curso, oferece aos alunos suporte acadêmico de alta qualidade para desenvolver seus trabalhos de conclusão de curso (TCCs).

A elaboração do TCC é requisito para a formação do especialista, de acordo com as determinações do MEC (Resolução 01/2007). No GV<sup>law</sup>, atualmente, o modelo de TCC adotado é o artigo científico, em que o aluno produz um texto relacionado a prática profissional.

Os 241 TCCs entregues nos cursos oferecidos na sede foram corrigidos por meio do sistema de *double blind peer review*, que consiste na revisão, por dois professores distintos, do trabalho apresentado, sem que sejam reveladas as identidades dos alunos e dos avaliadores.

Ainda em 2009, foram oferecidos quinze cursos no segmento corporativo, para um público de 482 alunos.

Foram bem-sucedidas as ações de aproximação entre o Programa e o poder público, sobretudo no campo do Poder Judiciário, o que resultou no fornecimento de sete cursos.

Merece destaque o programa de Administração Judiciária oferecido à Escola de Magistratura da Justiça do Trabalho em São Paulo, que abriu a possibilidade de servidores e magistrados do Tribunal aprimorarem seus conhecimentos e técnicas de gestão de processos.

Também é importante mencionar a renovação do curso de especialização sobre Direito de Concorrência oferecido para o Conselho Administrativo da Defesa Econômica (Cade).

No campo privado, salienta-se o aprofundamento das relações com a Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp), que resultou na oferta dos cursos de Direito Processual Civil, Direito Processual Civil e Direito Processual do Trabalho.

A fim de estimular a discussão sobre as abordagens diferenciadas de ensino e de aprendizagem, os professores do GV/law participaram de um curso em que foram apresentadas diversas técnicas e metodologias de ensino aplicáveis em sala de aula.





## PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU – MESTRADO EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO

### CARACTERÍSTICAS<sup>5</sup>

O mestrado em direito e desenvolvimento da DIREITO GV, lançado em 2008, foi concebido para pesquisadores que desejam participar de uma experiência acadêmica inovadora no Brasil e buscam qualificação intelectual para atuação na área acadêmica ou na esfera pública. As vagas não são exclusivas para bacharéis em direito; estudantes com formação em áreas correlatas, como ciências sociais, economia, ou administração, com interesse no campo do direito e desenvolvimento, também podem participar do processo seletivo.

O Programa tem duração máxima de dois anos e mínima de dezoito meses e exige dedicação integral dos alunos. A grade do mestrado engloba, além de disciplinas voltadas ao aprimoramento de pesquisas e metodologia de ensino, matérias relevantes para o ambiente dos negócios, como Governança Corporativa e Responsabilidade Social e Direito do Mercado de Valores Mobiliários e Desenvolvimento Econômico Brasileiro, e disciplinas que analisam o funcionamento de instituições responsáveis pela regulamentação e normatização do Estado, da sociedade e do comércio internacional, como Poder Judiciário e Direitos Fundamentais e Governança Econômica Global.

O Programa de Mestrado da DIREITO GV é composto por duas linhas de pesquisa:

A linha de **Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social** destina-se ao estudo do campo normativo que rege o ambiente dos negócios. A circulação e a distribuição de riquezas ocorrem em uma esfera amplamente regulamentada pelo direito. Um corpo de normas claramente estabelecidas pode fazer toda a diferença no momento de se incentivar ou não o crescimento econômico, bem como influenciar o modo de produção e distribuição de riquezas. Por isso, é importante estudar como se relacionam os sistemas tributários, a governança corporativa, a responsabilidade social das empresas e o mercado de capitais dentro de um ambiente globalizado e de extrema competição.

A linha de pesquisa **Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social** estuda o funcionamento das instituições no Estado Democrático de Direito. São as instituições que produzem, interpretam e aplicam as normas do direito. Entender o funcionamento do Poder Judiciário, por exemplo, torna-se uma variável essencial para o planejamento estratégico, tanto do setor público quanto do privado. Compreender a dinâmica das políticas públicas, por sua vez, é indispensável para aquele que se propõe a alterar a realidade ao seu redor.

---

<sup>5</sup> Mais informações sobre o mestrado podem ser obtidas em [www.fgv.br/direitogv/mestrado](http://www.fgv.br/direitogv/mestrado).

## O MESTRADO EM 2009

Dentre as ações realizadas no ano destacam-se a alteração efetuada no cronograma do processo seletivo para o mestrado, com o objetivo de alinhá-lo com o de outras escolas de direito (o processo seletivo para 2010 foi antecipado e em novembro foram abertas treze vagas) e a ampliação do programa de bolsas **Mário Henrique Simonsen de Ensino e Pesquisa** (para mais detalhes, consultar item Financiamento Estudantil, na página 40).

Quatro dos nove alunos da primeira turma do mestrado submeteram seus trabalhos ao exame de qualificação no final de 2009 e deverão defender suas dissertações no primeiro semestre de 2010.

Durante o segundo semestre do ano, a DIREITO GV começou a elaborar o primeiro relatório a ser enviado para a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) referente ao triênio 2007-2009. O documento, enviado em março de 2010, descreveu todas as atividades do mestrado, incluindo produção bibliográfica de professores e alunos; instalações; disciplinas; avanços em relação à entrega de trabalhos e teses; análise de linhas de pesquisas; áreas de concentração; atividades de intercâmbio e extracurriculares.



Coordenador do Mestrado, prof. Oscar Vilhena e a turma de 2010



## PESQUISA E PUBLICAÇÃO

### CARACTERÍSTICAS

Um dos pilares da DIREITO GV diz respeito à produção de pesquisas e ao levantamento de dados que buscam compreender a relação do direito com o desenvolvimento do país e sua influência no funcionamento das instituições.

A DIREITO GV criou o Programa de Iniciação Científica (PIC) com o objetivo de difundir a cultura de pesquisa no corpo de alunos da graduação e facilitar o trabalho de integração destes à agenda de pesquisa da Escola, incrementando a pesquisa no tema do Direito e Desenvolvimento.

A fim de deixar os professores livres para direcionarem seus esforços para suas pesquisas, a Escola oferece suporte em atividades administrativas – por exemplo, divulgando eventos científicos de referência e oportunidades de desenvolvimento de projetos e elaborando guias estratégicos com mapeamentos variados.

A produção de pesquisas da DIREITO GV esteve, em 2009, estruturada em quatro núcleos de atuação:

- Núcleo de Direito Global;
- Núcleo de Estudos do Crime e da Pena;
- Núcleo de Estudos Fiscais;
- Núcleo de Direito dos Negócios.

Cada um deles tem como responsabilidades: trazer especialistas nacionais e estrangeiros ao debate sobre o que há de mais moderno em suas respectivas áreas de estudo; produzir e publicar pesquisas; organizar seminários e eventos; participar de programas de intercâmbio e de outras atividades correlatas.

A criação do **Núcleo de Direito Global** se justifica pelo constante aumento da inserção do Brasil no cenário internacional, do ponto de vista econômico, diplomático, político e social. Essa inserção traz consigo alguns desafios para o especialista em direito internacional, que encara cada vez mais situações inéditas ainda não regulamentadas pelo ordenamento.

O **Núcleo de Estudos Fiscais** (NEF) pretende reunir esforços da sociedade, das empresas e de representantes do setor público em torno da busca por um sistema mais racional de reforma tributária e gastos governamentais e fornecer elementos para a formulação de um debate público sobre o tema.

A sofisticação e a transnacionalização dos esquemas financeiros, aliada à tendência de aumento do recurso ao direito penal como forma de solução de conflitos envolvendo o ambiente empresarial, abriu espaço para a criação do **Núcleo de Estudos do Crime e da Pena**, ao mesmo tempo em que impõe um desafio, principalmente no que se refere ao sistema penal brasileiro, que veta a possibilidade de sanção aplicada à pessoa física (exceto nos casos de crimes ambientais).

O Núcleo de Direito dos Negócios tem como objetivos: tornar-se um centro de referência em pesquisa e divulgação de dados; prover o diálogo entre professores, alunos e profissionais do mercado interessados em direito dos negócios e desenvolvimento; e buscar recursos para fomentar a pesquisa acadêmica nessa linha. Para isso, incentiva e desenvolve pesquisas empíricas e teóricas com abordagens multidisciplinares e estabelece parcerias com outros centros de pesquisas.

## PRODUÇÃO ACADÊMICA EM 2009

Cinquenta e duas pesquisas individuais foram desenvolvidas por docentes da DIREITO GV durante todo o ano de 2009<sup>6</sup>, e todas se inserem nos seguintes projetos guarda-chuva:

- Direito, desenvolvimento e instituições: construção de conceitos e metodologia do ensino jurídico;
- Interpretação, desenvolvimento e instituições;
- Pluralidade na ordem normativa internacional;
- Estado, mercado e desenvolvimento;
- Performance das instituições do sistema de justiça;
- Direito, risco e responsabilidade no contexto do desenvolvimento;
- Direitos fundamentais e Justiça constitucional;
- Comércio internacional e desenvolvimento sustentável;
- Desenvolvimento do mercado de capitais;
- Formas de organização jurídica da empresa e desenvolvimento.

Em 2009, foram realizadas diversas pesquisas em parceria, entre as quais algumas se destacam por seu caráter multidisciplinar, internacional ou de interesse público.

A DIREITO GV obteve a aprovação de financiamento do Conselho Nacional de Justiça para executar, em 2010, uma pesquisa sobre as causas do progressivo aumento das demandas judiciais cíveis no Brasil, em especial das demandas repetitivas.

Outro projeto aprovado, em parceria com o professor Kevin Davis, da New York University, e o professor argentino Guillermo Jorge, da Universidad de San Andrés, se insere no âmbito do Global Administrative Law Project e já conta com financiamento do fundo canadense International Development Resource Center (IDRC).

Apesar do crescimento da influência das decisões do Judiciário no cotidiano, o Brasil ainda carece de pesquisas que avaliem as representações das instituições da Justiça no imaginário do brasileiro. Buscando preencher essa lacuna, foi criado o Índice de Confiança na Justiça (ICJBrasil), que avalia trimestralmente a percepção e a confiança do cidadão no Judiciário. O objetivo é retratar sistematicamente os sentimentos da população com relação ao Poder Judiciário, tendo em vista a inexistência de pesquisas nessa área e a importância dessa instituição na determinação do desenvolvimento do país. Todos os relatórios estão disponíveis no site: [www.fgv.br/direitogv](http://www.fgv.br/direitogv).

---

<sup>6</sup> A lista completa pode ser conferida aqui: [www.direitogv.com.br/subportais/Anexo1.pdf](http://www.direitogv.com.br/subportais/Anexo1.pdf)

As principais pesquisas desenvolvidas no âmbito dos Núcleos de Pesquisa foram as seguintes:

**A complexidade do problema e a simplicidade da solução: a questão da pena mínima** (Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena, Universidade de Ottawa e Ministério da Justiça/PNUD)

O projeto, concluído em 2009, analisou a pertinência do funcionamento do sistema de penas mínimas e de prisão na legislação criminal por meio da reconstituição da história da pena mínima e de sua conceituação, em uma análise comparativa do tratamento oferecido à pena mínima no Canadá, no Brasil e na França.

**Figures de l'internationalisation du droit** (Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena e Collège de France).

A pesquisa, já concluída, estudou as formas de internacionalização do direito penal na América Latina. Entre os vários temas de interesse do projeto, o Núcleo dedicou-se à incorporação do sistema antilavagem de dinheiro no Brasil, no Uruguai, na Argentina e no Paraguai.

**Juridificação e judicialização dos movimentos sociais** (Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena, Universidade Livre de Berlim e Ministério da Justiça/PNUD)

A pesquisa, concluída em 2009, estudou as relações entre movimentos sociais e direito, especificamente o movimento negro e o feminismo, e debruçou-se sobre os processos de juridificação de demandas sociais e sua relação com o judiciário e com a linguagem jurídica.

**Fragmentação do direito internacional** (Núcleo de Direito Global)

Trata-se da reunião e da tradução de artigos de Martii Koskeniemi sobre a fragmentação do direito internacional, bem como de trabalhos da Comissão de Direito Internacional sobre o mesmo tema.

**LANDS - Law and New Developmental State** (Núcleo de Direito Global, Universidade de Wisconsin e Cebrap)

O projeto volta-se para a investigação de possíveis novos mecanismos jurídicos indutores do desenvolvimento, o que estaria associado à constituição de um novo estado desenvolvimentista. A agenda dessa pesquisa inclui estudos sobre política industrial, comércio internacional, política social e investimento estrangeiro.

**Global Academy on Access to Knowledge** (Núcleo de Direito Global, Yale University, Information Society Project, Harvard Law School e USP)

O projeto discute questões relacionadas à regulamentação de propriedade intelectual e à formulação de políticas públicas.

### **Reforma do Processo Administrativo Fiscal** (Núcleo de Estudos Fiscais)

O projeto de Reforma do Processo Administrativo Fiscal pretende avaliar os reflexos do desenho institucional atual e das normas utilizadas concretamente na prática do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) para propor soluções objetivas e politicamente viáveis.

### **Índice de Confiança na Justiça Tributária (ICJT)** (Núcleo de Estudos Fiscais)

Contando com o apoio da professora Luciana Gross Cunha, idealizadora e coordenadora do ICJBrasil, mencionado anteriormente, o Núcleo ajudou na formulação do ICJT. Trata-se de pesquisa que visa a detectar a percepção da população brasileira sobre questões relacionadas a tributos. Os pesquisadores perguntaram aos cidadãos se estes julgavam pagar ou não impostos no momento em que compravam alimentos como pão, leite e manteiga.

### **Levantamento do Código Tributário Nacional (CTN)** (Núcleo de Estudos Fiscais)

Foram analisados os artigos iniciais do Código Tributário Nacional (CTN), de 1966, com o objetivo de mapear a principal lei que regulamenta a atividade tributária no país e propor alterações a ela. O projeto está em andamento e pretende diagnosticar contradições, lacunas e imprecisões do CTN na prática jurídica dos últimos quarenta anos, para fornecer importantes informações não só para atualizar o código, mas para orientar o projeto maior de uma reforma tributária em sintonia com nossos tribunais e as necessidades de institucionalização que a economia global exige.

### **Estudo histórico sobre o mercado de valores mobiliários brasileiro** (Núcleo de Direito dos Negócios)

Pretende-se, com o projeto, elaborar um estudo histórico do mercado de valores mobiliário brasileiro, incluindo a reconstrução dos fatos mais relevantes, bem como a análise dos marcos regulatórios sobre o tema e suas fontes inspiradoras na política econômica da época. Para isso, serão utilizadas fontes primárias e secundárias, desde 1964 até os dias atuais. Em 2009, o Núcleo se dedicou ao levantamento de dados nos órgãos oficiais e de bibliografia historiográfica sobre o tema.



### **Projeto de pesquisa na jurisprudência do Conselho de Recurso do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) em decisões originárias da CVM** (Núcleo de Direito dos Negócios)

O Núcleo firmou convênio com o Conselho de Recurso do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), mais conhecido como “Conselhinho”, para promover uma pesquisa sobre a jurisprudência do órgão.

### **Autópsia institucional do Sistema Financeiro Nacional** (Núcleo de Direito dos Negócios)

O projeto visa a esmiuçar o funcionamento institucional do Sistema Financeiro Nacional – levantando seus principais problemas e desafios e verificando como o direito e as instituições políticas respondem a essas situações – e tem como pré-requisitos o desenvolvimento de soluções locais aliado à compreensão do funcionamento dos processos em outros países.

Para que haja interlocução entre os professores e entre os núcleos de pesquisa, a DIREITO GV promove, mensalmente, os **Workshop de Pesquisas**, encontros em que os professores expõem a evolução de seus trabalhos e recebem críticas e orientações em relação a fontes de pesquisas a serem pesquisadas.

Em 2009, foram realizados nove Workshops, com dezenove textos discutidos. Muitos deles estão disponíveis para download, em formato de working paper, no site da DIREITO GV<sup>7</sup>. Desses encontros, participaram, além dos professores e pesquisadores, os alunos de graduação inseridos no Programa de Iniciação Científica e os mestrandos, bem como convidados especiais.

No que diz respeito às publicações organizadas pela DIREITO GV, o ano de 2009 teve como produções seis cadernos DIREITO GV – veículos bimestrais que contêm textos, relatórios de pesquisa, entrevistas e transcrições de eventos da Escola – e dois números da Revista DIREITO GV, que também divulgou quatro chamadas de artigos.

A Revista DIREITO GV utiliza dupla revisão cega por pares (double blind peer review) e publica artigos, resenhas de livros e ensaios sobre os diversos campos do direito brasileiro e internacional, além de reservar espaço para artigos sobre teoria, sociologia, filosofia e história do direito. No final de 2009, tornou-se a primeira publicação acadêmica jurídica inteiramente brasileira a ser incluída na renomada base de dados eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO),.

Além disso, a DIREITO GV coedita livros com o objetivo de manter presença constante no debate intelectual do país. A maioria dos livros é publicada em parceria com a Saraiva. No ano de 2009, foram lançadas as seguintes obras:

---

<sup>7</sup> Disponíveis em [www.fgv.br/direitogv/publicacoes](http://www.fgv.br/direitogv/publicacoes).

Publicações de 2009		
Autor	Título	Coleção e linha
José Garcez Ghiradi e Rafael Domingos Faiardo Vanzella (orgs.)	<i>Ensino jurídico participativo: construção de programas, experiências didáticas</i>	Direito, Desenvolvimento, Justiça: Metodologia e Ensino
José Garcez Ghiradi (org.)	<i>Métodos de ensino em Direito: conceitos para um debate</i>	Direito, Desenvolvimento, Justiça: Metodologia e Ensino
Flávia Portella Püschel e Marta Rodriguez de Assis Machado (tradutoras)	<i>Responsabilização na sociedade civil (textos de Klaus Günther)</i>	Direito, Desenvolvimento, Justiça: Direito em Debate
José Rodrigo Rodriguez (org.)	<i>O novo Direito e Desenvolvimento: presente, passado e futuro. Textos selecionados de David M. Trubek</i>	Direito, Desenvolvimento, Justiça: Direito em Debate
José Rodrigo Rodriguez	<i>Fuga do Direito: um estudo sobre o Direito contemporâneo a partir de Franz Neumann</i>	Direito, Desenvolvimento, Justiça: Produção Científica
Alunos do curso de graduação vencedores do Prêmio Bovespa-DIREITO GV 2008	<i>Auto-regulação e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários brasileiro</i>	Direito, Desenvolvimento, Justiça: Produção Científica
André Rodrigues Corrêa	<i>Responsabilidade e solidariedade</i>	Direito, Desenvolvimento, Justiça: Produção Científica
Antônio Angarita (org.)	<i>DIREITO GV: construção de um sonho</i>	Projeto especial
Regina Beatriz Tavares da Silva (coord.)	<i>Responsabilidade civil nas relações de consumo</i>	Série GVlaw-Saraiva de Material Bibliográfico
Roberto Vasconcelos (coord.)	<i>Política fiscal</i>	Série GVlaw-Saraiva de Material Bibliográfico
Celso Vilardi, Flávia Rahal e Theodomiro Dias Neto (coord.)	<i>Direito penal econômico: análise contemporânea</i>	Série GVlaw-Saraiva de Material Bibliográfico
José Marcelo Proença e Maria Eugênia Filkenstein (coord.)	<i>Tipos societários</i>	Série GVlaw-Saraiva de Material Bibliográfico
Mario Gomes Schapiro (coord.)	<i>Direito e economia na regulação setorial</i>	Série GVlaw-Saraiva de Material Bibliográfico
Diversos coordenadores	<i>Contratos de consumo e atividade econômica</i>	Série GVlaw-Saraiva de Material Bibliográfico
Daniel Peixoto, Eurico de Santi e Roberta Prado (coord.)	<i>Estratégias societárias, planejamento tributário e sucessório</i>	Série GVlaw-Saraiva de Material Bibliográfico
Diversos coordenadores	<i>Administração legal para advogados</i>	Série GVlaw-Saraiva de Material Bibliográfico

O GVlaw publica, bimestralmente, a revista Getulio, cujo objetivo primordial tem sido abrir novas frentes de discussão, iluminar as questões mais prementes da atualidade, avançar o debate jurídico com uma postura aberta e uma visão multidisciplinar e permitir que diferentes perspectivas sobre o negócio jurídico sejam apresentadas ao público e tratadas sob os mais diversos enfoques. No ano de 2009, foram lançadas seis edições, todas disponíveis no site da publicação ([www.fgv.br/revistagetulio](http://www.fgv.br/revistagetulio)).



A Revista DIREITO GV



Obras publicadas em 2009

No âmbito da parceria entre a DIREITO GV e o International Centre on Trade and Sustainable Development (ICTSD), deu-se continuidade à publicação do periódico Pontes entre o comércio e o desenvolvimento sustentável. Em 2009, foram publicados três números do Pontes Diário, dezenove do Pontes Quinzenal e cinco do Pontes Bimestral. Todos eles estão disponíveis tanto no site da DIREITO GV ([www.fgv.br/direitogv/publicacoes](http://www.fgv.br/direitogv/publicacoes)) quanto no do ICTSD ([www.ictsd.org](http://www.ictsd.org)).

Em relação à inserção da produção docente na comunidade acadêmica, destacam-se os seguintes feitos:

- O artigo *The Juridification of Social Demands and the Application of Statutes: an Analysis of the Legal Treatment of Antiracism Social Demands in Brazil*, escrito por Flavia Püschel, Marta Machado e José Rodrigo Rodriguez, foi publicado pela *Fordham Law Review*.
- O artigo *Changing the Paradigm of Stock Ownership from Concentrated Towards Dispersed Ownership? Evidence from Brazil and Consequences for Emerging Countries*, escrito por Érica Gorga, foi publicado no *Northwestern Journal of International Law & Business*
- Três livros publicados em parceria com a editora Saraiva entraram na segunda tiragem:
  - Curso de direito tributário e finanças públicas, de Eurico Marcos Diniz de Santi (coord.);
  - Direitos fundamentais, de Oscar Vilhena Vieira;
  - O Brasil e o Contencioso na OMC, de Barbara Rosemberg e Maria Lucia Padua Lima (coord.).
- O livro *Access to Knowledge in Brazil: New Research on Intellectual Property, Innovation and Development*, com participação de Mônica Guise, foi adotado como bibliografia de curso da Yale University.
- Três relatórios de pesquisa realizados com apoio da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL/MJ) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foram publicados na coleção *Pensando o Direito*, lançada em 2009. A seguir, estão listados os títulos das obras e os nomes dos docentes envolvidos nos projetos:
  - *Sispenas* (Maíra Rocha Machado e Marta Rodriguez de Assis Machado)
  - *A complexidade do problema e a simplicidade da conclusão: a questão das penas mínimas* (Maíra Rocha Machado e Marta Rodriguez de Assis Machado)
  - *Responsabilização por ilícitos praticados no âmbito de pessoas jurídicas: uma contribuição para o debate público brasileiro* (Flavia Portella Püschel e Marta Rodriguez de Assis Machado).
- Ainda na mesma coleção, a professora Marta Rodriguez de Assis Machado publicou, com outros pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), o relatório *Igualdade de direitos entre mulheres e homens*.



## OUTROS DIFERENCIAIS

### METODOLOGIA DO ENSINO

A proposta de criar um curso inovador, que contou com uma completa redefinição de todo o programa de estudos e em que novas disciplinas foram redesenhadas com base nas matérias clássicas estudadas nas escolas de direito do país, trouxe também a necessidade de construção dos saberes sobre os métodos utilizados em sala de aula. Para isso, DIREITO GV criou uma área responsável pela composição de novos projetos metodológicos, métodos de ensino, livros, materiais didáticos e outras formas de construção do conhecimento em sintonia com as exigências contemporâneas.

Além da aula expositiva, alguns métodos de ensino utilizados pelos professores da DIREITO GV, muitas vezes de formas combinadas, são:

- 1) Clínica de Direito: detalhadas na página 11.
- 2) Debate: pretende instigar a participação dos alunos e exercitar o raciocínio com base em problemas práticos.
- 3) Diálogo Socrático: esse mecanismo retórico procura identificar uma verdade presente nos argumentos e contra-argumentos.
- 4) Método do Caso: instrumento didático que visa a ensinar habilidades voltadas para o desenvolvimento e a prática do raciocínio por meio da análise de decisões judiciais, é muitas vezes utilizado em conjunto com o diálogo socrático.
- 5) Problem-Based Learning (PBL): tem como ferramenta principal a análise de casos complexos, reais ou hipotéticos, envolvendo elementos jurídicos e não-jurídicos;
- 6) Role-play: para inserir o aluno no contexto jurídico sugerido, este assume papéis e desenvolve atividades dinâmicas que o levam a refletir sobre os fatos com base em pontos de vista às vezes até antagônicos;
- 7) Seminário: desafia os alunos a enfrentar um tema proposto, por meio de prévia preparação, exposição e debate.



Aula do Mestrado

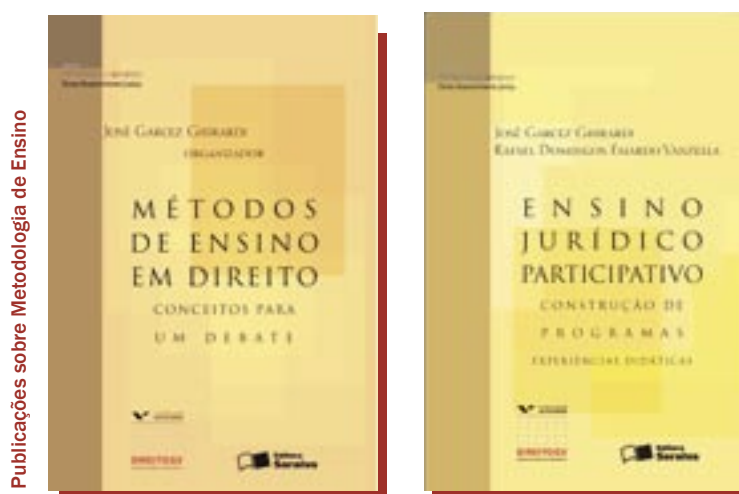
A DIREITO GV tem, entre suas metas, disseminar o instrumental teórico desenvolvido internamente. Para isso, implementou o Programa de Formação Docente, que tem como objetivos:

- (i) formar e qualificar professores de direito consoante os princípios do plano de desenvolvimento institucional da DIREITO GV;
- (ii) promover a relação entre ensino e pesquisa dos temas atinentes às áreas de concentração e às respectivas linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação;
- (iii) estimular a interação do ensino da graduação com o da pós-graduação.

Em 2009, a DIREITO GV publicou duas obras importantes no campo de metodologia de ensino.

A primeira, Métodos de Ensino em Direito, organizada por José Garcez Ghirardi, apresenta conceitos centrais para a discussão sobre os métodos de ensino do direito, especialmente no que diz respeito à reflexão sobre os modos de pensar e estruturar as atividades em sala de aula, e contém um repertório conceitual básico de diversos métodos.

Já nos textos do livro Ensino Jurídico Participativo, organizado por José Garcez Ghirardi e Rafael Vanzella, professores da DIREITO GV apresentam suas opções didáticas na montagem de programas de cursos ou no desenvolvimento de atividades específicas em sala de aula.



Para construir um acervo de casos didáticos que relatem situações-problema envolvendo direito e políticas públicas na América Latina – passo importante para incentivar a utilização de metodologias participativas em sala de aula, que exercitem a capacidade crítica e criativa do aluno, a DIREITO GV, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), criou a Casoteca. Em 2009, três novos casos foram produzidos no acervo:

- Lex digitalis (Ana Mara F. Machado);
- Operação Hurricane: um caso de corrupção no Judiciário brasileiro (Luciana Ramos, Ieda Dias de Lima e Flávia Scabin);
- Polinca (Ligia P. P. Pinto Sica).

## INSERÇÃO INTERNACIONAL

A DIREITO GV busca relacionar-se com diversas instituições e universidades estrangeiras, com o objetivo de oferecer a alunos e professores da Escola alternativas de complemento de estudos, pesquisas e aprofundamento da realidade social e acadêmica em outros países.

Atualmente, a Escola conta com os seguintes convênios:

- Harvard University (EUA);
- Instituto de Empresa de Madrid (Espanha);
- Interdisciplinary Center (IDC) Herzliya (Israel);
- Max Planck Institute (Alemanha);
- New York University (EUA);
- Northwestern University (EUA);
- Sciences Po (França);
- Tilburg University (Holanda);
- Universidad de San Andrés (Argentina);
- Universidad Metropolitana de Caracas (Venezuela);
- Universidad Torcuato di Tella (Argentina);
- Università Degli Studi di Torino (Itália);
- Universitat Pompeu Fabra (Espanha);
- Université Paris-Dauphine (França);
- University of Edinburgh (Escócia);
- University of Illinois at Urbana Champaign (EUA);
- University of St. Gallen (Suíça).

Durante 2009, os trabalhos se concentraram nas seguintes atividades:

- Fortalecimento dos acordos já existentes, com extenso programa de intercâmbio de alunos.
- Assinatura de acordo de cooperação acadêmica com o Interdisciplinary Center Herzliya (IDC/Israel).
- Fixação de modelo e implementação do Programa de Professores Visitantes.

A Escola também iniciou uma série de negociações para fortalecer os laços de intercâmbio com instituições como a Universidade de Nagoya, no Japão, e a Universidade Pantheon-Assas, em Paris II, e uma extensão do acordo com a Universidade de San Andrés, na Argentina.

Com o objetivo de criar e desenvolver uma rede global acadêmica para discutir as melhores práticas de desenvolvimento de novos programas e tendências globais em educação, dentre outros assuntos, surgiu o Global Law Network. O projeto internacional pioneiro é capitaneado pela DIREITO GV e inspirado pela experiência de sucesso do Partnership in International Management (PIM). Foram estabelecidas conversas iniciais com as universidades de Tilburg e Northwestern para o desenvolvimento do programa.

Além disso, durante o ano, a Escola acompanhou catorze alunos intercambistas em suas experiências no exterior, oferecendo suporte acadêmico na escolha das disciplinas e previsões de equivalências futuras. Com exceção de Isabel Peres, todos permaneceram fora do país pelo período de um semestre.

Intercâmbios Realizados em 2009			
Nome	Curso	Escola	País
Andrés Alejandro Staibano	Graduação	Instituto de Empresas de Madrid	Espanha
Carolina Szász Jatene		Sciences Pó	França
Fábio Weinberg Crocco		Universidade de Tilburg	Holanda
Gabriela C. de Carvalho		Instituto de Empresas de Madrid	Espanha
Roberto C. Leite Pereira		Paris Dauphine	França
Thais Gasparian Moraes		Universidade de Tilburg	Holanda
Isabel Freitas Peres		Illinois	EUA
Larissa Leda Sabino		Instituto de Empresas de Madrid	Espanha
Lucas A. Queiroz Pires		Sciences Pó	França
Luísa Francis Galliez		Universidade de St Gallen	Suíça
Mariana Tumbiolo Tosi		Harvard Law School	EUA
Pedro Fenelon T. Fida		Instituto de Empresas de Madrid	Espanha
Richard Lee		New York University	EUA
Roberta Guerra Abdalla		Northwestern School of Law	EUA
André Oregel Dias	Mestrado	Universidade de Tilburg	Holanda

Desse grupo, vale destacar a experiência da aluna Isabel Freitas Peres, que foi cursar um intercâmbio no último semestre do curso de graduação e obterá o duplo diploma, pela DIREITO GV e pela Universidade de Illinois at Urbana Champaign, tendo a oportunidade de antecipar matérias do LL.M (programa de pós-graduação em Direito daquela instituição). A aluna completará o programa em 2010 e poderá prestar o exame da Ordem pelo estado de Nova York.

A DIREITO GV ainda divulgou o programa de estágio para alunos da DIREITO GV na Missão do Brasil em Genebra (OMC) e organizou o processo de seleção para curso na Universidade de Sorbonne patrocinado pela FGV (Projeto França). Foram selecionadas duas alunas do curso de graduação: Luciana Barrancos e Luiza Morelli.

Em 2009, o Programa de Professor Visitante recebeu dois convidados: Brian Tamanaha, professor da St John's University (EUA), com atuação na área de direito e desenvolvimento, e Paolo Galizzi, da Fordham University (EUA), com atuação na área de meio ambiente e desenvolvimento. Ambos ministraram cursos de curta duração de que participaram alunos da graduação do mestrado e do GVlaw.

Outro professor que visitou a DIREITO GV foi Kevin Davis, da New York University (EUA), que, a convite da Escola, realizou uma avaliação da instituição.



Além de receber docentes de universidades do exterior, a DIREITO GV também concedeu licenças acadêmicas a alguns de seus professores para que estes pudessem ministrar cursos nos Estados Unidos e na Inglaterra:

- Caio Mario da Silva Pereira Neto (University of Florida Levin College of Law – EUA).
- Francisco Satiro (Center for Transnational Legal Studies – Inglaterra).
- Salem Hikmat Nasser (Lauterpacht Centre for International Law, University of Cambridge – Inglaterra).

Em 2009, a DIREITO GV recebeu representantes das seguintes instituições:

- Interdisciplinary Center Herzliya (IDC), Israel.
- Massachusetts Institute of Technology, EUA.
- Université Panthéon-Assas (Paris II), França.
- University of Gent, Bélgica.
- Università Luigi Bocconi, Itália.
- Sorbonne, França.
- Instituição Italia-Brasil.
- Temple University, EUA.
- Leaders' Quest, Reino Unido.
- Universidade de Hong Kong, China.
- Samford University, EUA.
- Instituto de Empresa de Madrid, Espanha.
- Tilburg University, Holanda.
- The University of Chicago Booth School of Business, EUA.
- Thomas Jefferson School of Law, EUA.

## EVENTOS

A DIREITO GV promove regularmente mesas-redondas, workshops e congressos para reunir os maiores especialistas do direito e de áreas correlatas e estimular o debate a respeito dos resultados produzidos pela casa.

Em 2009, pode-se contabilizar 48 eventos produzidos ou realizados pela DIREITO GV abertos ao público. A seguir, estão resumidos os principais.

### **Figures de L'Internationalisation du Droit – Amérique Latine**

A pesquisa analisou os processos de internacionalização do direito na dupla perspectiva do universalismo dos direitos humanos e da globalização econômica. Os resultados foram apresentados pelos pesquisadores franceses e brasileiros nesse colóquio, ocasião em que foram igualmente organizados ateliês temáticos aos quais se associaram estudantes no intuito de suscitar novas colaborações científicas franco-brasileiras. O evento contou com o apoio do Consulado da França, no âmbito do evento Ano da França no Brasil.

### **Congresso Brasil-Alemanha: Responsabilidade e Pena no Estado Democrático de Direito**

O objetivo central do encontro, promovido pelo Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena em parceria com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), o Instituto Max Planck e a Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp), foi construir um diagnóstico das principais mudanças que vêm ocorrendo no Direito Penal contemporâneo e refletir sobre desenvolvimentos possíveis para a atribuição de responsabilidade jurídica diante dos desafios atuais.

### **Comércio e Investimentos no setor de Biocombustíveis e Negociações sobre Mudanças Climáticas: Afinando Discursos e Práticas**

Organizado pela equipe responsável pelos periódicos Pontes, publicação sobre comércio internacional e desenvolvimento produzida pela DIREITO GV e pelo International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD), o encontro, que teve apoio da União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (Unica), reuniu especialistas nas áreas de economia, comércio internacional e meio ambiente para debater os limites da expansão do biocombustível e as negociações na área climática sobre o comércio internacional e o meio ambiente no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio).

### **Recursos Educacionais Abertos (REA)**

O encontro buscou discutir o equilíbrio entre a defesa da propriedade intelectual e o uso do conteúdo produzido por especialistas para o bem público por meio de uma análise detida da experiência brasileira do uso de tecnologias da informação e comunicação na formulação de políticas educacionais, tecnológicas e pedagógicas, bem como – e principalmente – do impacto dos emergentes REA, na teoria e na prática.

Outro objetivo foi fomentar o debate nacional e internacional ao redor do tema e compartilhar experiências e projetos de sucesso. Ao final da conferência, organizou-se um grupo de trabalho que formulou recomendações para futuras políticas públicas no

Brasil com foco nos recursos educacionais abertos. O evento é resultado de pesquisa produzida com o apoio da Foundation Open Society Institute (OSI – ZUG).

### **Eventos sobre arbitragem comercial**

Durante 2009, a DIREITO GV, por meio da atuação do Núcleo de Estudos Globais, investiu consideráveis esforços na propagação da arbitragem entre seus alunos e a comunidade jurídica. Houve diversos encontros para debater técnicas, tendências e peculiaridades dessa modalidade de resolução de controvérsias que conquistou o segmento empresarial devido à celeridade e a certeza de uma decisão coerente com as necessidades do conflito.



Profª Selma Lemes e Profª Daniela Gabbay em evento sobre arbitragem

## **II Conferência Internacional de Governança Corporativa em Mercados Emergentes**

O evento, realizado em parceria com o Instituto Coppead de Administração da UFRJ, contou ainda com apoio da Capes, do CNPq, da Fapesp e do International Finance Corporation (IFC), ligado ao Banco Mundial.

O evento contou com a participação do professor Vikramaditya Khanna, da University of Michigan Law School e do professor Joseph P. H. Fan, da Chinese University of Hong Kong.

Vinte e sete papers, oriundos das mais variadas regiões do mundo, tais como Índia, China, Europa, Coreia, Estados Unidos e Brasil, foram selecionados para apresentação.

### **Congresso de Direito de Autor e Interesse Público**

O evento, apoiado pelo GVlaw, teve, em sua solenidade de abertura, a presença do ministro da Cultura, Juca Ferreira. Na ocasião, o ministro anunciou o anteprojeto de lei que alterará a lei 9.610, de 1998, que regulamenta os direitos do autor.

O Congresso se dedicou à análise das propostas de revisão da Lei de Direitos Autorais, e o temário foi dividido em painéis correspondentes aos tópicos da Lei Autoral que poderão ser objeto de modificação legislativa.

## **II Workshop Internacional de Metodologia do Ensino do Direito: Direito, Método e Ensino**

O encontro debateu os desafios enfrentados pelas escolas de direito para se adequarem às mudanças sociais e às contemporâneas configurações da prática legal. Essa reflexão já ocorre nos Estados Unidos e começa a chegar ao Brasil, desafiando os tradicionais paradigmas do ensino jurídico.

O evento teve como tema central a idéia de que a metodologia é importante não apenas para o ensino do direito em si, mas também para demonstrar como o direito se insere na sociedade atual.

## **Colóquio Internacional do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF)**

O primeiro Colóquio Internacional do NEF discutiu o tema “Tributação, desenvolvimento, infraestrutura e sustentabilidade: cenários para o Brasil da próxima década”. Com uma proposta interdisciplinar, o colóquio promoveu o encontro de experts em tributação e economia, representantes da Receita Federal, políticos e pensadores das mais diferentes áreas. Entre os palestrantes, estavam presentes Richard Bird, professor emérito da Universidade de Toronto, Ricardo Guibourg, professor de filosofia da Universidade de Buenos Ayres, e a senadora Marina Silva.



Prof. Marcos Cintra, Prof. Richard Bird e Profª. Maria Lúcia Pádua Lima em evento do NEF

## **Insider trading**

A primeira e malsucedida tentativa de aquisição da Perdigão pela Sadia, em 2006, contou com um episódio inusitado: representantes envolvidos na operação deixaram vaziar informações privilegiadas que favoreceram alguns investidores, em prática conhecida como insider trading.

Para debater o funcionamento da regulação, fiscalização, punição e utilização de termos de compromisso em relação ao assunto, o Núcleo de Direito dos Negócios da DIREITO GV promoveu uma mesa-redonda sobre informações privilegiadas, com base em pesquisas sobre a disciplina penal, não-penal e administrativa.

Participaram dessa mesa-redonda Ary Oswaldo Mattos Filho, diretor da DIREITO GV, Elie Loria, diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Ilene Patricia de Noronha Najarian, procuradora-Federal da CVM, José Marcelo Proença, professor do GVlaw, e Rodrigo de Grandis, procurador federal.



## DIREITO GV NA MÍDIA

Em 2009, a DIREITO GV consolidou a sua comunicação com a mídia em um processo de longo prazo que visa a firmar o nome da Escola como fonte na maioria das áreas cobertas pelo noticiário geral relacionadas ao mundo jurídico, com foco em negócios, sociedade, internacional e criminalidade.

A DIREITO GV obteve, em 2009, 1885 inserções na mídia, o que representou um avanço de 69,78% na comparação com 2008, quando a Escola contabilizou 1.029 inserções. A apuração foi baseada nas aparições que constam no site da DIREITO GV, devidamente depuradas de eventuais repetições e/ou reportagens equivocadamente inseridas no clipping.



## APOIO AO DOCENTE

Para buscar garantir uma atividade docente de qualidade elevada, a DIREITO GV estabelece um conjunto de políticas de incentivo e medidas de apoio a seus quadros.

Tendo em vista a importância dada pela Escola ao estabelecimento de parcerias institucionais, no Brasil e no exterior, para a realização de pesquisas, a DIREITO GV oferece a seus docentes a possibilidade de obtenção de licenças acadêmicas. Estas têm como objetivo permitir que se estreitem relações com pesquisadores de áreas e linhas afins às da Escola e podem ser de três tipos:

- Oportunidade de aperfeiçoamento acadêmico;
- Desempenho de atividade docente em instituição de ensino no exterior ou em outra unidade da FGV;
- Semestre sabático.

Para incentivar a produção acadêmica e a disseminação desse conhecimento, a DIREITO GV oferece a seus professores:

- Conta institucional no site ExpressO, que facilita a submissão de artigos a revistas internacionais e tem centenas de revistas cadastradas, especialmente norte-americanas.
- Acesso a diversas bases de dados, cada uma com aplicações específicas e relacionada a diferentes fontes, que permitem encontrar, por exemplo, artigos de periódicos, índices e legislação.
- Confecção e atualização de guias:
  - De financiamento;
  - De eventos jurídicos de referência nas diversas áreas do direito;
  - De centros de pesquisa de referência nas diversas áreas do direito em diversas regiões do planeta (Europa, América Latina, EUA, Ásia).
- Possibilidade de contar com estagiário de graduação para participar de projetos com ou sem financiamento externo.
- Possibilidade de contar com estagiário de pós-graduação que dê suporte a projetos em direito e desenvolvimento desenvolvidos nos Núcleos de Pesquisa.
- Premiação por publicação de artigos em revistas nacionais e internacionais referendadas.
- Auxílios financeiros para participação em eventos acadêmicos de referência nas áreas de atuação dos docentes.
- Auxílios financeiros para tradução de artigos para línguas estrangeiras.



Diretores e Corpo Docente da DIREITO GV

Tais ações contribuem para a consolidação da inserção acadêmica dos docentes e pesquisadores da DIREITO GV. Ao longo do ano, 68 obras de autoria destes foram publicadas<sup>8</sup>, e a Escola esteve representada em importantes eventos de referência em suas áreas de atuação, dentre os quais podemos destacar os seguintes:

Participação dos professores em eventos internacionais		
Evento acadêmico	Local	Representante da DIREITO GV
XXVI Conferência Anual da Associação Europeia de Direito e Economia	Roma (Itália)	Bruno Meyerhof Salama
SELA – Seminário en Latinoamérica de Teoría Constitucional y Política	Assunção (Paraguai)	Caio Mário P. Neto, Michelle Ratton Sanchez Badin, Oscar Vilhena Vieira, Ronaldo Porto Macedo Jr.
Harvard Law School/Sloan Foundation Corporate Governance Research Conference	Cambridge (EUA)	Érica Cristina Rocha Gorga
Vanderbilt/Amsterdam Mergers and Acquisitions Conference	Nashville (EUA)	Érica Cristina Rocha Gorga
Seminário Movimentos Sociais, Esfera Pública e Novas Configurações do Direito na América Latina	Buenos Aires (Argentina)	José Rodrigo Rodriguez, Marta Rodriguez de Assis Machado
III Workshop de Global Administrative Legal (New York University e The International Development Research Centre)	Pequim (China)	Maíra Rocha Machado
Congresso Anual da European Association of Tax Law Professors	Santiago de Compostela (Espanha)	Marco Aurélio Greco
III Congreso Internacional de Derecho Administrativo	Monterrey (México)	Michelle Ratton Sanchez Badin
Congresso Regional Powers, New Developmental States and Global Governance (Watson Institute for International Studies, Brown University)	Providence (EUA)	Michelle Ratton Sanchez Badin
Colóquio Globalização e Seus Descontentes (Institute for International Law and Justice da New York University)	Nova York (EUA)	Michelle Ratton Sanchez Badin, Maíra Rocha Machado
Colóquio sobre Direito Transnacional (Centro de Estudos de Direitos Transnacionais)	Londres (Inglaterra)	Ronaldo Porto Macedo Jr.
Conferência do Comitê de Direito Islâmico e Direito Internacional da International Law Association	Inglaterra	Salem Hikmat Nasser

<sup>8</sup> A lista completa das produções pode ser acessada aqui: [www.direitogv.com.br/subportais/Anexo2.pdf](http://www.direitogv.com.br/subportais/Anexo2.pdf)

## FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

A Fundação Getúlio Vargas e a DIREITO GV estão convictas de que a renda familiar do aluno não deve ser um impedimento à sua permanência na instituição.

Por esse motivo, preocupam-se em ampliar as modalidades de apoio financeiro oferecidas aos estudantes desde seu ingresso na Fundação.

O Fundo de Bolsas visa a conceder financiamento, sem juros, para que o aluno possa estudar e, depois de formado, reembolsar esse valor à Escola. Além do ressarcimento dos ex-bolsistas, viabilizam esse Fundo doações de empresas e de pessoas físicas. Em 2009, 27% dos alunos de graduação e 38% dos de mestrado foram atendidos pelo programa.

A Bolsa Mérito Dr. Luiz Simões Lopes, assim nomeada em homenagem ao fundador e primeiro presidente do Conselho Diretor da FGV, concede ao primeiro colocado, pelo critério da média geral mais elevada, em cada ano do curso de graduação, isenção das taxas escolares. No primeiro ano, recebe a bolsa o primeiro colocado dentre os matriculados no vestibular; do segundo ao quarto ano, aquele com maior média geral da turma; no quinto, o primeiro colocado em concurso de monografia.

Os mestrandos que demonstram excepcional desempenho acadêmico, potencial para inovação científica e contribuem de maneira efetiva para com as atividades acadêmicas da DIREITO GV podem se beneficiar da Bolsa Mário Henrique Simonsen de Ensino e Pesquisa, que corresponde ao valor integral das mensalidades de um semestre letivo e pode ser pleiteada a cada semestre. Em 2009, esse valor ainda não era integral; correspondia a 60% do valor total da mensalidade, no primeiro semestre, sendo ampliado para aproximadamente 80% no segundo. Ao longo do ano, 75% dos mestrandos contaram com o benefício.

## AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional da DIREITO GV foi concebida para se constituir como um recurso que contribua para a instituição com informações confiáveis, que permitam aos educadores, gestores e alunos tomar continuamente decisões para o aperfeiçoamento progressivo da ação educativa.

A cada ano, toda a comunidade acadêmica é consultada sobre a trajetória que a DIREITO GV vem percorrendo. Por ser a sala de aula o principal foco de uma instituição de ensino, todos os alunos da graduação, do GVlaw e do mestrado participam da avaliação, expondo suas percepções e discutindo os resultados. A Assessoria de Avaliação, setor que auxilia a Escola nesse processo, realiza entrevistas reflexivas, grupos focais, coleta de questionários e encontros de legitimação com os estudantes semestralmente.



Os dados obtidos pela pesquisa avaliativa compõem relatórios e dossiês que são disponibilizados por meios impressos e eletrônicos. Esses documentos demonstram que os atores institucionais vêm construindo uma imagem positiva sobre a DIREITO GV. Os estudantes avaliam como muito satisfatório o desempenho de seus professores, bem como dos principais recursos oferecidos pela Escola. Mostra-se marcante, também, a forma como a comunidade acadêmica, como um todo, associa a imagem da DIREITO GV a uma busca pela “excelência” e pela “qualidade”. Essas informações são valiosas, pois expõem a imagem que a Escola vem construindo sobre si. Uma imagem que, por ser compartilhada, orienta as ações de cada ator institucional.

# Relatório de Atividades 2009

[www.fgv.br/direitogv](http://www.fgv.br/direitogv)

 FUNDAÇÃO  
GETÚLIO VARGAS



**DIREITOGV**  
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

[www.fgv.br/direitogv](http://www.fgv.br/direitogv)